

Pensando o papel social do historiador a partir da publicação do Manifesto de Historiadores no Chile (1998-1999)

Thinking about the social role of the historian based on the publication of the Manifesto de Historiadores in Chile (1998-1999)

SILVA, Lays Correa da*

<https://orcid.org/0000-0002-6664-4891> 

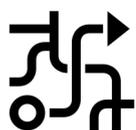
RESUMO: Em 1998, com a prisão do ex-ditador Augusto Pinochet em Londres, inicia-se um intenso debate historiográfico no Chile entre as diversas versões sobre o golpe 1973. Em meio a esses debates, um grupo de historiadores publicam um Manifesto no qual se posicionam contra a manipulação histórica sobre o período do pré-golpe de Estado no Chile e defendem uma determinada visão historiográfica sobre o passado recente chileno. Esses historiadores se posicionam principalmente contra a narrativa historiográfica de Gonzalo Vial, tradicional historiador conservador chileno, que esteve ligado à Ditadura Militar. Nosso objetivo nesse trabalho é, tomando como estudo de caso a experiência chilena, refletir sobre o papel social dos historiadores e sua inserção no debate público sobre os usos do passado.

Palavras-chave: disputas de memória; história e historiografia; Ditadura Militar Chilena.

ABSTRACT: In 1998, with the arrest of the ex-dictator Augusto Pinochet in London, an intense historiographic debate in Chile began between the different versions of the 1973 coup. In the midst of these debates, a group of historians published a Manifesto in which they stand against historical manipulation about the pre-coup period in Chile and defend a certain historiographical view of the recent Chilean past. These historians are mainly against the historiographical narrative of Gonzalo Vial, a traditional conservative Chilean historian, who was linked to the Military Dictatorship. Our objective in this work is, taking as a case study the Chilean experience, to reflect on the social role of historians and their insertion in the public debate about the uses of the past.

Keywords: memory disputes; history and historiography; Chilean Military Dictatorship.

* Graduada em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestra em História Social pelo PPGHIS/UFRJ. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ (PPGHIS/UFRJ). E-mail: layscorrea.s@gmail.com



INTRODUÇÃO

As disputas de memória sobre o passado ditatorial são um tema presente na sociedade chilena até hoje. Basta analisar alguns elementos das manifestações que em 2019 agitaram o cenário político chileno para perceber como esse é um passado que gera intensos conflitos. O processo de transição política chileno, que teve início a partir da própria Ditadura, deixou diversos elementos autoritários que ainda hoje limitam a democracia chilena e que vem sendo questionado por essas manifestações.

Um dos maiores impasses para a democracia foi a presença, durante todos os anos de 1990, do ex-ditador Augusto Pinochet no cenário político. Através de uma transição negociada, o general conseguiu se manter como Comandante em Chefe do Exército chileno até 1998 e, em seguida, assumiu cargo como senador vitalício do Chile. Além de sua atuação no governo democrático, o general ainda contava com grande prestígio popular após o fim da Ditadura e, até hoje, existem aqueles que reivindicam e defendem sua memória.

A prisão do ex-ditador em Londres em 1998 marcou um momento em que diversas narrativas sobre o golpe de 1973 emergiram e o conflito de memória no Chile se mostrou cada vez mais intenso e inacabado. Esse momento teve como singularidade a participação de historiadores no debate público sobre o passado autoritário com a publicação de um Manifesto que conseguiu expandir o debate historiográfico para além da academia.

Este texto se coloca como uma reflexão inicial sobre os limites e possibilidades de atuação dos historiadores através de uma análise do caso chileno. Iremos num primeiro momento situar o leitor sobre a conjuntura política que possibilitou a detenção de Pinochet. Posteriormente analisaremos as principais narrativas daqueles que saíram em defesa do ditador, destacando principalmente a figura do historiador conservador Gonzalo Vial, fazendo uma breve análise de sua trajetória política para entender um pouco mais o papel desempenhado por ele na disputa historiográfica analisada. Realizamos também uma breve descrição do grupo de historiadores que esteve por trás da escrita do Manifesto de Historiadores, para então esmiuçar algumas questões trazidas por este para o debate público sobre a História chilena.



A PRISÃO DO EX-DITADOR AUGUSTO PINOCHET EM LONDRES (1998)

Em 1998, o Chile era governado pelo antigo democrata-cristão Eduardo Frei Ruiz-Tagle, segundo presidente eleito no Chile pós-ditadura. Nesse período, o general Augusto Pinochet havia acabado de se aposentar do cargo de Comandante em chefe do Exército e exercia seu mandato como senador vitalício. Augusto Pinochet viajou durante esse ano a Londres para uma visita médica por conta de uma cirurgia nas costas. Enquanto estava se recuperando da cirurgia, o juiz espanhol Baltazar Garzón, pediu sua extradição de Londres para a Espanha para ser julgado por crimes de genocídio, terrorismo e assassinato de cidadãos espanhóis. Garzón estava investigando o desaparecimento de cidadãos espanhóis na Argentina e, através de informações sobre a Operação Condor¹ relatadas no processo aberto por Joan Garcés, ex-conselheiro de Allende, conseguiu reunir provas suficientes para pedir a prisão de Pinochet.

Este acontecimento instaurou um debate jurídico dentro do Chile sobre a legalidade do processo iniciado em Londres. Como senador vitalício, Pinochet possuía imunidade diplomática e não poderia, portanto, ser levado à Espanha para julgamento. Porém, o pedido de extradição do ex-ditador foi visto por muitos no Chile como a única forma de se fazer justiça e condenar o general pelos crimes cometidos durante a Ditadura Militar. Isso porque a lei de anistia promulgada em 1978, impedia que ele e qualquer outro responsável por violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1973-1978 fosse julgado em solo chileno.

A alegação do juiz Garzón para prender Pinochet era a de que “crimes de lesa humanidade podiam ser julgados sobre qualquer jurisdição, particularmente se o país onde se cometeram era incapaz, por razões políticas ou institucionais, de julgar o suspeito” (STERN; WINN, 2014, p. 227). Contudo, o governo de Eduardo Frei encarou a prisão de Pinochet como uma ameaça aos direitos soberanos do Chile. No entendimento do governo, o pedido de extradição violava o princípio da imunidade diplomática da qual o ex-ditador dispunha e o princípio da jurisdição territorial, “em função do qual é direito exclusivo de um Estado julgar os crimes cometidos em seu próprio território nacional” (MUÑOZ, 2010, p.

¹ Operação que reuniu os sistemas de repressão e informação das Ditaduras do Cone Sul contra os que eram considerados “subversivos”. Para saber mais sobre a operação, ver: QUADRAT, Samantha. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 28, n. 1, junho 2002, p. 167-182



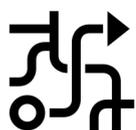
393). Essa postura gerou contestações de diversas organizações de Direitos Humanos e de setores da esquerda chilena.

Em meio a esses debates jurídicos, Pinochet divulgou em dezembro de 1998, uma carta aos chilenos na qual se defendia das acusações que estavam sendo feitas. A carta foi entregue ao presidente (ARCE, 1999, p. 165) e lida dentro da Fundação Pinochet (GERDTZEN; PEREZ, 2000, p. 149). Posteriormente, o jornal *La Tercera* arquivou a carta em seu website (STERN; WINN, 2014, p. 231). Nessa carta, o general reforçava seu compromisso histórico com o Chile, argumentando que “frente a dramática encruzilhada” em que o Chile foi posto pelo governo da Unidade Popular, ele e outros militares, tiveram que assumir a condução do país. De acordo com Pinochet, “ningún historiador, ni aun el más sesgado y poco objetivo, puede ni podrá mañana sostener de buena fe, que mis actuaciones públicas respondieron a una supuesta ambición personal o a cualquier otro motivo que no fuera el bien de Chile”. Segundo o general, a intervenção militar teria salvo o Chile da guerra civil para a qual o país caminhava, colocando o golpe assim como algo inevitável.

Simultaneamente, a mesma narrativa de que o golpe teria sido inevitável ganhava contornos historiográficos com as publicações do historiador conservador Gonzalo Vial no jornal *La Segunda*. Gonzalo Vial Correa esteve à frente, nos anos 1960 de duas revistas que fizeram parte da “campanha de terror” promovida pela direita chilena para desestabilizar o governo de Allende². Com a instauração da Ditadura, Gonzalo esteve envolvido na redação do *Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile*. Este livro foi escrito e publicado pela Secretaria Geral de governo, logo após o golpe. O livro continha uma série de documentos, supostamente achados no gabinete de um dos Ministros de Allende, chamado de *Plan Zeta*. De acordo com este plano, o governo de Salvador Allende preparava, para o dia 19 de setembro um golpe que iria instalar uma “República Popular Democrática no Chile. Gonzalo já deu diversas declarações sobre o livro e, em 1999, admitiu ser um dos autores³. O plano, que acabou servindo como justificativa para os crimes cometidos pela Ditadura Militar, foi desmentido por posteriores investigações da CIA e de diversos historiadores. O historiador participou também do governo, atuando por um curto período como Ministro da Educação em 1978.

² Sobre esse período da vida intelectual de Vial, existe um extenso estudo biográfico realizado pelo historiador Mario González. Ver: GONZÁLEZ, Mario. Gonzalo Vial Correa. Las sinuosidades de una trayectoria intelectual, 1969-1991.

³ Disponível em: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-100642.html>> Último acesso em 07 de fevereiro de 2019.

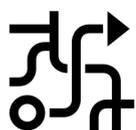


Apesar de sua polêmica participação na Ditadura de Pinochet, Gonzalo foi chamado para integrar os trabalhos da *Comisión Nacional por la Verdad y Reconciliación* que entre 1990 e 1991 investigou os crimes de Direitos Humanos do período autoritário. Ele foi responsável pela redação do marco político do Informe, seção dedicada a tratar do período do pré-golpe de Estado no Chile e que acabou dando o tom conservador do relatório final da Comissão. Nela, o autor segue a sua tese de que o golpe de 1973 teria sido um produto da “quebra de consensos” que o Chile vivia desde o início do século, mas que tinha sido acentuada a partir da eleição de Salvador Allende. Destacando a atuação de grupos de esquerda radicais como o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), o historiador criou uma narrativa em que a polarização e o caos social justificavam a intervenção das Forças Armadas.

Essa narrativa da inevitabilidade do golpe foi reatualizada em 1998, com a publicação de sua série de fascículos “La violencia pone a Chile al borde de la guerra civil (1964-1973)”. As publicações aconteceram semanalmente, toda sexta, entre dezembro de 1998 e janeiro de 1999. Divididas em dez capítulos, elas também destacavam o papel da esquerda e, especialmente, das ideias guevaristas, como importantes fatores para o caos social que levou o Chile ao golpe em 1973.

Em fevereiro de 1999, um grupo de historiadores publica, também no jornal *La Segunda* um Manifesto contra a manipulação histórica sobre o período democrático anterior ao golpe, a Ditadura Militar e as questões de soberania e Direitos Humanos no período do pós-ditadura. De acordo com eles, essas formas estariam expressas, “em sua forma mais extrema e simples”, na Carta aos Chilenos de Pinochet, em sua versão “mais historiográfica e profissional” nos fascículos de Gonzalo Vial e em “sua forma mais conjuntural e pragmática” nas alegações de membros da classe política civil e militar frente às Câmaras sobre direitos humanos e soberania, a partir do processo iniciado em Londres (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 8).

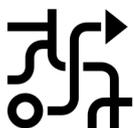
O Manifesto foi assinado por 11 historiadores. A partir de uma pesquisa preliminar, foi possível perceber que os historiadores reunidos em torno do Manifesto faziam parte de um grupo que nos anos 1980 e 1990 promoveram uma renovação historiográfica no Chile. Dentre eles, se destaca a figura de Gabriel Salazar, considerado por muitos a grande referência da Nova História Social chilena que nasce ainda nos anos 1980. O historiador havia sido militante do MIR na época do golpe e por isso foi preso e, posteriormente, mandando para o exílio no Reino Unido. Durante esse período, juntamente com outro historiador que também assina o Manifesto, Leonardo León Sólis, Gabriel Salazar participou da fundação da Associação de Historiadores Chilenos no Reino Unido e da *Revista*



Nueva Historia (SOZA, 2015). Posteriormente, Armando de Ramón, um dos convocantes do Manifesto, também aderiu ao projeto editorial. Já o historiador Mario Gárces Durán, também militante do MIR na época do golpe, teve sua formação em História no Chile durante o período ditatorial e desenvolveu nos anos 1980 um grupo de estudo e ação com a participação do também signatário Pedro Milos. Este grupo, iniciado com o “*Taller Nueva Historia*”, pretendia recuperar a memória popular a partir do estudo junto a sindicatos e organizações populares e desenvolvia trabalhos de Educação Popular. O projeto deu origem posteriormente à ECO, uma ONG de Educação e Comunicações que existe até hoje no Chile e realiza diversos trabalhos pensando os movimentos sociais chilenos. A historiadora María Eugenia Horvitz, era professora da Universidade do Chile quando aconteceu o golpe, e logo se mudou para a França. Ela só pode retornar ao antigo cargo em 1992. O historiador Julio Pinto que participou de projetos de educação popular após concluir seus estudos em História da Universidade de Yale e retornou ao Chile nos anos 1980, participando também de trabalhos com Mário Gárces e Pedro Milos. María Angélica Illanes uma das intelectuais obrigadas a sair do país devido a perseguição da Ditadura e que também participou do projeto da Revista *Nueva Historia*. Jorge Rojas Flores que se dedicou ao estudo do movimento sindical, da infância e da cultura de massas. E Verónica Valdivia Ortiz de Zárate, única do grupo que não realizava trabalhos na área da História Social e que foi responsável pela renovação da História Política no Chile, a partir de seus estudos sobre a direita. Entendemos esse grupo de historiadores como atores políticos e sociais que buscavam, através das contestações feitas pelo manifesto, interferir na disputa de memória acerca do período ditatorial no Chile. Além disso, eles formam um grupo de intelectuais que esteve preocupado em renovar as bases da historiografia no Chile e em abrir novos campos de estudo a partir de uma História Social que incluía em seus estudos a memória de grupos subalternos da sociedade.

OS PAPEIS SOCIAIS DOS HISTORIADORES CHILENOS: HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Utilizamos aqui como referencial analítico a ideia de “papel social” por entender, assim como proposto por Olivier Dumoulin, que o termo advindo do teatro traz mais plasticidade à questão do que outros termos como “missão”, ou “responsabilidade” normalmente utilizados para falar sobre a inserção do historiador na sociedade. De acordo com Dumoulin, “o papel social é escolhido no seio do teatro social; pode-se mudar, pode-se



variar sua interpretação – um mesmo ator assume às vezes diversos papéis” (DUMOULIN, 2017, p.19). Partindo dessa linha de raciocínio entendemos que os atores sociais aqui estudados, no caso, os historiadores chilenos que se envolveram com as polêmicas em torno da prisão de Pinochet, interpretaram diferentes papéis.

Podemos aproximar o historiador Gonzalo Vial a ideia do “falsário” definida por Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi, evidenciando assim “a possibilidade da história ser utilizada para a produção do falso” (NICOLAZZI; BAUER, 2016, p.818). Já no extremo oposto do debate, temos o grupo de historiadores chilenos que são marcados pelo passado de militância política e de enfrentamento ao regime militar chileno. Estes interpretam o papel de “detectar e combater as histórias impossíveis (isto é, o revisionismo) ou a tentação do relativismo absoluto” (DUMOULIN, 2017, p.117) recorrendo essencialmente ao rigor do método historiográfico para defender sua posição.

Além das questões que envolvem o papel social do historiador, história, memória e historiografia estão entrelaçados no debate surgido em 1998. Isso porque, o historiador ao mesmo tempo em que participa do processo de construção social da memória, está, ele próprio, inserido em um contexto social e é por este influenciado. O pesquisador Enzo Traverso destaca que o historiador ao realizar seu trabalho não o faz isolado em uma “torre de marfim”, e que por isso deve preocupar-se em inscrever a memória em um conjunto histórico mais amplo. Nas palavras do autor:

El historiador no trabaja encerrado en la clásica torre de marfil, al abrigo del mundanal ruido y tampoco vive en una cámara refrigerada, al abrigo de las pasiones del mundo. Sufre los condicionamientos de un contexto social, cultural y nacional; no escapa a las influencias de sus recuerdos personales ni a un saber heredado – condicionamientos e influencias de los cuales puede intentar liberarse a través de un esfuerzo de distanciamiento crítico, pero nunca a partir de la negación –. Desde esta perspectiva, su tarea no consiste en tratar de suprimir la memoria – personal, individual y colectiva –, sino en inscribirla en un conjunto histórico más vasto. (...) Precisamente porque no vive encerrado en una torre sino que participa en la vida de la sociedad civil, el historiador contribuye a la formación de una consciencia histórica, y entonces de una memoria colectiva (TRAVERSO, 2007, pp. 6-7).

A reflexão proposta por Traverso nos permite pensar sobre os usos políticos do passado e como o historiador interfere nesse debate. Para a historiadora Elizabeth Jelin, os historiadores são responsáveis, nas sociedades modernas, por escreverem as narrativas oficiais e produzirem ao longo do tempo interpretações opostas e revisões dessas mesmas narrativas, como produto das lutas políticas, mudanças de sensibilidade de uma época e com o próprio avanço da investigação histórica (JELIN, 2002, p. 40).

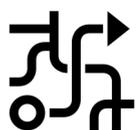


Sob o ponto de vista da História Pública, a historiadora Caroline Bauer nos propõe ainda que “se o trabalho do historiador pode contribuir para forjar determinadas culturas históricas e memórias coletivas, é necessário compreender que certos usos e abusos no espaço público podem afetar a maneira de escrever a história” (BAUER, 2017, p. 50). Com base nessas reflexões entendemos que o Manifesto surge a partir de uma necessidade identificada por esses historiadores de intervir no debate público que estava sendo feito na época e buscando contribuir com uma análise baseada em métodos científicos, mas também em um posicionamento ético e político que se contrapunha à exaltação dos feitos da Ditadura e defendia uma determinada memória sobre o golpe de 1973.

ANÁLISE DO MANIFESTO

Os historiadores refutam as seguintes teses históricas de Vial: de que a polarização da política chilena foi produzida a partir dos anos 1960 com a implementação das planificações globais contra os agricultores e outros setores patronais vinculados à direita; de que a violência foi introduzida no Chile a partir do guevarismo; de que a direita se polarizou a partir da “horrrível perspectiva” do triunfo de Allende; de que as Forças Armadas eram legalistas, mas tiveram que intervir quando outros setores buscaram soluções de força para a crise; e, por último, o Manifesto denuncia a omissão do historiador Gonzalo Vial sobre o período posterior ao golpe e o “terrorismo de Estado” implementado pelas Forças Armadas para controlar a situação. De acordo com esses historiadores, as teses históricas de Gonzalo Vial se referem ao período que permite explicar e justificar o golpe de Estado de 1973. As teses estão feitas de forma a atribuir aos afetados pelo golpe a responsabilidade pela crise e o próprio golpe em si. De acordo com o Manifesto, “o estudo se aplica a um período parcial, para configurar uma verdade também parcial, que se liga, ao que tudo indica, a um interesse faccional” (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 14).

As respostas desse grupo de historiadores às afirmações de Gonzalo Vial demonstram uma visão totalmente diferente sobre a história recente do Chile. Os historiadores se opõem a ideia de que existe no Chile uma tradição legalista, interrompida em 1960 com a radicalização dos setores populares através das planificações globais. De acordo com eles, a polarização política do início dos anos 1970 se deu não às mudanças promovidas desde 1964, mas a estagnação econômica e a crise social que se arrastava desde o início do século (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 14). O Chile teria sido construído por um



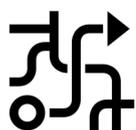
“patriciado mercantil” (DAHÁS, 2015, p.)⁴ que não incluía as camadas populares e isso teria gerado o acirramento das tensões entre essas duas classes sociais. Outra tese refutada foi a da influência do guevarismo nas esquerdas chilenas. De acordo com os historiadores do Manifesto, a violência social e a radicalização política de uma parte da esquerda chilena se deve muito menos à influência do guevarismo, e mais à constatação do fracasso dos governos radicais⁵ no Chile e dos governos de Carlos Ibáñez e Jorge Alessandri que reprimiram com violência os protestos sociais (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 15). Sobre as reformas estruturais implantadas contra os grandes proprietários, de acordo com este grupo, estas foram uma tentativa de reverter o subdesenvolvimento do capitalismo e a exploração do trabalho (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 15). A resistência à essas reformas não se iniciam com o governo de Allende, o que acontece é que a partir desse período se passa de uma resistência escrita e de não colaboração para a desestabilização da economia e do governo, com o apoio dos Estados Unidos (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 15). Por último, eles refutam a ideia de que as forças armadas interviram para a reunificação nacional. De acordo com o Manifesto, a intervenção feita em 1973 visava destruir o poder político da esquerda e do centro (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 16).

O Manifesto recebeu a adesão de mais 70 intelectuais até 18 de maio de 1999 e de diversas organizações estudantis. Além disso, recebe apoio internacional com a “Carta de adesão norte-americana ao Manifesto de Historiadores chilenos” (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 39), assinada por 36 doutores em História que criticam a posição oficial do departamento de estado norte-americano sobre o caso da prisão de Pinochet em Londres e ressaltam a importância histórica dos estudos sobre a interferência dos EUA no golpe chileno.

O historiador Gonzalo Vial respondeu ao Manifesto, acusando os historiadores de estarem propagando um “cientificismo de esquerda” e defendendo-se das acusações a partir do seu papel desempenhado na Comissão da Verdade do Chile. De acordo com Gonzalo, nenhum outro historiador chileno contribuiu mais para o esclarecimento da verdade sobre os crimes perpetrados no período ditatorial quanto ele. Gonzalo afirma ainda que caberia a um historiador conservador o “trabalho pesado” sobre a história chilena, enquanto os historiadores de esquerda estariam vagando no “leviano ar das generalizações”. Diversos historiadores se pronunciaram depois da resposta de Vial e a maior parte dos artigos e

⁴ SALAZAR, Gabriel. Dolencias históricas de la memoria ciudadana (Chile, 1810-2010). Santiago, 2013 apud DAHÁS, Nashla, As esquerdas radicais no Brasil e no Chile: pensamento político, história e memória nos anos de 1960 e 1970, 2015

⁵ Se referem ao período de 1938-1952 em que o Chile foi governado por representantes do Partido Radical.



reflexões que surgiram deste debate estão reunidos no livro “Manifesto de Historiadores” compilado por Sergio Grez e Gabriel Salazar. Essas reflexões destacam a perseguição sofridas por diversos historiadores durante a Ditadura Militar e os diversos trabalhos desenvolvidos em História ao longo dos últimos anos no Chile.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

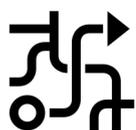
Depois da publicação do Manifesto de Historiadores em 1999, mais dois manifestos foram publicados. Um em 2004 sobre os debates em torno da *Comisión Valech*, como ficou conhecida a *Comisión de Prisión Política y Tortura*, criada no mesmo ano por Ricardo Lagos para investigar crimes que haviam ficado de fora da primeira comissão da verdade, de 1990. E o outro em 2007, que trata mais especificamente da figura do ex-ditador Augusto Pinochet, logo após a sua morte, em 10 de dezembro de 2006. Esses outros dois manifestos, porém, não tiveram a mesma repercussão que o primeiro, ainda que tenham conseguido uma longa lista de adesão. Porém, eles colocam em questão o papel do historiador frente à memória de períodos traumáticos. Segundo o historiador Sergio Grez,

El historiador no es solamente un personaje que estudia un pasado muerto, que no tiene nada que ver con el presente y con el devenir cotidiano de los ciudadanos, sino que es una persona que debe estar -a nuestro juicio- comprometida con los problemas de su tiempo presente.⁶

Justamente porque não está alheio às demandas do presente, o historiador interfere com seu trabalho na disputa de memória em torno do passado, mostrando como a historiografia pode funcionar como “fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições” (CATROGA, 2015, p. 50). Recuperar o debate entre os historiadores que assinaram o Manifesto em 1999 e o historiador Gonzalo Vial nos permite não só entender a disputa de narrativas sobre o golpe de 1973 no Chile, mas os diversos papéis que o historiador pode assumir frente à sociedade.

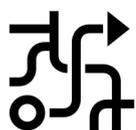
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

⁶ Disponível em: <http://www.uchile.cl/noticias/40867/historiadores-presentan-manifiesto-sobre-juicio-a-la-dictadura-militar> Último acesso em 04 de dezembro de 2018.



- ARCE, Armando & NAVARRO, Miguel. *El accidente Pinochet*. Santiago: Editorial Sudamericana Chilena.
- BAUER, Caroline. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Paco Editorial, 2017.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- GERDTZEN, Felipe, PEREZ, Mónica. *Augusto Pinochet: 503 días atrapado en Londres*. Santiago: Editorial Los Andes, 2000.
- GONZÁLEZ, Mario. *Gonzalo Vial Correa*. Las sinuosidades de una trayectoria intelectual, 1969-1991.
- GREZ, Sergio e SALAZAR, Gabriel. *Manifesto de Historiadores*. Santiago: LOM Ediciones, 1999.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.
- MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*, Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- NICOLAZZI, Fernando; BAUER, Caroline. O historiador e o falsário. Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016.
- QUADRAT, Samantha. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 28, n. 1, junho 2002, p. 167-182
- SALAZAR, Gabriel. Dolencias históricas de la memoria ciudadana (Chile, 1810-2010). Santiago, 2013 apud DAHÁS, Nashla, *As esquerdas radicais no Brasil e no Chile: pensamento político, história e memória nos anos de 1960 e 1970*, 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015,
- SOZA, Felipe. The Association of Chilean Historians in the United Kingdom, 1980-1989. *Storia della Storiografia*, n. 67 · 1/2015.
- STERN, Steve & WINN, Peter . El tortuoso camino chileno a la memorialización. In: WINN, P. et alli (org.) *No hay mañana sin ayer: batallas por la memoria histórica en el Cono Sur*. Santiago do Chile, Ediciones de la Banda Oriental/LOM, 2014.
- TRAVERSO, Enzo. Historia y Memoria. Notas sobre un debate. In: FRANCO, Marina e Levín, Florencia, *Historia Reciente*. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2007, pp. 6-7.

FONTES



PINOCHET, Augusto. Carta a los chilenos. Disponível em: <<http://www.theclinic.cl/2013/09/03/carta-a-los-chilenos-las-emotivas-palabras-que-augusto-pinochet-escribio-desde-su-prision-en-londres/>> Último acesso em 20/04/2020.

GONZALO VIAL. *La violencia pone a Chile al borde de la guerra civil*, Fascículos de Historia, La Segunda, 1998-1999. Consultados a partir do acervo da Biblioteca Nacional Chilena.

GREZ, Sergio e SALAZAR, Gabriel. *Manifesto de Historiadores*. Santiago: LOM Ediciones, 1999.

Recebido em: 20/04/2020

Aprovado em: 14/06/2020